

**Políticas públicas e a educação (em tempo) integral:  
a propósito das experiências de uma escola pública no município de Itaguara**

**Public policies and full time education:  
about the experiences of a public school in the municipality of Itaguara**

Amanda do Carmo de Oliveira<sup>1</sup>  
Matheus de Oliveira Guimarães<sup>2</sup>

**RESUMO**

A Educação em Tempo Integral ganha destaque como uma forma de se incrementar a qualidade educacional, com o presumido desígnio de se preparar os alunos para a vida em sociedade, alcançando-se a Educação Integral (propriamente dita). A pesquisa traz como proposta a discussão da realidade na qual se efetiva a Educação em Tempo Integral, colocando como recorte o estudo de caso de uma escola pública do município de Itaguara – MG. Quanto aos procedimentos metodológicos, optou-se por uma análise qualitativa, elegendo-se como meio de investigação a pesquisa exploratória. Foi possível perceber que a escola analisada almeja a Educação Integral, enquanto formação humana no tempo integral. Contudo, constatou-se que a perspectiva assistencialista e de reforço escolar são predominantes no contexto da Educação em Tempo Integral ali desenvolvida.

**Palavras-chave:** Educação em Tempo Integral. Educação Integral. Escola de Tempo Integral. Políticas Públicas.

**ABSTRACT**

Full-Time Education is highlighted to increase educational quality, with the presumed purpose of preparing students for life in society, achieving Integral Education (properly said). The research proposes the discussion of the reality in which Full-Time Education takes place, placing the case study of a public school in the municipality of Itaguara - MG as a cutout. As for the methodological procedures, a qualitative analysis was chosen, with exploratory research being chosen as the means of investigation. It was possible to see that the analyzed school aims at Integral Education, as a full-time human formation. However, it was found that the welfare perspective and school reinforcement are predominant in the context of Full-Time Education developed there.

**Keywords:** Full-Time Education. Integral Education. Full-time School. Public policy.

**1. INTRODUÇÃO**

A Educação no Brasil, com constantes avanços e retrocessos, passa por diversas transformações associadas às demandas sociais, políticas e econômicas do país em busca da oferta de uma educação de qualidade para a população brasileira. Assim, os desafios postos à Educação mostram-se árduos para todos os envolvidos, visto que exigem dos profissionais cada

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Professora na Educação Básica na Prefeitura Municipal de Piracema, Egressa do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Acadêmica de Cláudio. E-mail: [amandaoliveira949@gmail.com](mailto:amandaoliveira949@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Educação (UFOP), Doutorando em Educação (PUC Minas), Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e na Faculdade de Pará de Minas (FAPAM). E-mail: [matheus.guimaraes@uemg.br](mailto:matheus.guimaraes@uemg.br).

vez mais capacitação e que busquem renovações contínuas para aprimorarem suas práticas pedagógicas e lidarem com as adversidades que surgem a cada dia.

A Educação em Tempo Integral<sup>3</sup> ganha destaque como uma forma de melhorar a qualidade educacional, visando à perspectiva de se preparar os alunos para a vida em sociedade, alcançando-se, assim, a Educação Integral. Nesse sentido, faz-se necessário compreender que a Educação em Tempo Integral mostra-se mais abrangente que o simples fato das crianças permanecerem por mais tempo na escola.

O conceito de Educação Integral pode ser equivocadamente interpretado e, por conseguinte, associado, de forma rasa, àquele da Educação em Tempo Integral – como sinônimos. Embora possam ser considerados complementares (ao menos no contexto da discussão ora proposta), são conceitos que se distinguem. A Educação Integral busca a formação dos sujeitos em sua integralidade, na totalidade, em todos os espaços, sejam eles formais, não formais ou informais, visando ao desenvolvimento humano em múltiplas dimensões (GADOTTI, 2009). Pensar em Educação em Tempo Integral é relacionar a Educação Integral ao tempo e ao espaço privilegiados para que aquela se efetive (ZANARDI, 2017). Contudo, uma das grandes preocupações das escolas de tempo integral tem sido apenas o assistencialismo, ou seja, garantir que alunos permaneçam na escola por um período de tempo maior, deixando de lado, muitas vezes, o seu verdadeiro objetivo: aquele da formação integral e cidadã, que é direito de todos os sujeitos.

Nesse sentido, percebe-se que a Educação Integral deve acontecer não apenas quando se trata da escola de tempo integral, ou seja, aquela que se expande no contraturno, mas, também, nos turnos de ensino regular, proporcionando uma aprendizagem significativa aos alunos e considerando o contraturno apenas como um espaço privilegiado para a efetivação da Educação Integral.

Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo compreender a realidade sobre como se efetiva a proposta de Educação em Tempo Integral em uma escola pública do município de Itaguara – MG. Além disso, a pesquisa objetiva sublinhar a diferença entre Educação em Tempo Integral e Educação Integral; analisar as políticas públicas voltadas para a Educação em Tempo Integral no Brasil e investigar se as propostas das políticas públicas voltadas para a Educação em Tempo Integral condizem com a realidade da escola de Itaguara – MG.

A partir das análises e reflexões sobre as políticas que regulam a Educação em Tempo Integral, a pesquisa propõe, como estudo de caso, a análise de uma escola pública do município de Itaguara – MG por meio de análise documental e entrevistas aos gestores. O estudo fundamenta-se também em documentos que norteiam a Educação em Tempo Integral, bem como em dados de quantificação e descrição dos alunos matriculados no programa de tempo integral do município a que atende a escola.

Dessa forma, por meio do estudo de caso, criam-se condições para entender a prática de Educação em Tempo Integral desenvolvida pela escola, bem como observar se essa prática condiz, realmente, com o que é proposto pelas políticas públicas que tratam do assunto. Sendo assim, considerando os respaldos legais sobre a Educação em Tempo Integral, objetiva-se compreender como o planejamento e as propostas têm se efetivado na escola em análise.

---

<sup>3</sup> Optou-se por usar “Educação em Tempo Integral” com as iniciais maiúsculas para enfatizar a relevância da expressão no trabalho, bem como por sua especificidade, uma vez que considera a multidimensão para a formação integral dos sujeitos.

## **2. CONTEXTUALIZANDO EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E EDUCAÇÃO INTEGRAL**

A Educação Integral surge como uma proposta de formação integral, ou seja, de desenvolvimento dos sujeitos em sua totalidade. Por meio da Educação Integral, é proposto um projeto coletivo que envolve escola, estudantes, famílias e comunidade. Assim sendo, trata-se de um trabalho compartilhado que ultrapassa os limites da escola.

Weffort, Andrade e Costa (2019, p. 21) afirmam que a Educação Integral é “[...] uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes”. Desse modo, percebe-se que uma Educação comprometida com o desenvolvimento pleno dos alunos não almeja simplesmente transmitir os conteúdos curriculares propostos, mas, sim, ressignificá-los, fazendo com que a aprendizagem se torne significativa e prazerosa para os estudantes.

A proposta de formação integral dos alunos implica no reconhecimento das diversidades existentes em nosso meio, sejam elas étnicas, raciais, culturais ou sociais. Assim sendo, é preciso que a aprendizagem na Educação Integral considere as particularidades dos sujeitos ali envolvidos, suas histórias e contextos de vida, buscando sempre um trabalho voltado para a realidade e que faça com que o aluno se sinta integrante e transformador da sociedade.

Freire (1996, p. 36) ressalta que “[a]prender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”. Assim sendo, ensinar vai muito além de transferir conhecimentos e aprender, muito além de repetir o que foi ensinado, faz-se necessário aprender para atuar e intervir na realidade, recriando-a.

No que se refere à Educação em Tempo Integral, Gatti (*apud* GUARÁ, 2006, p. 18) aponta que a extensão do horário escolar deveria ser pensada em outras premissas, com atividades diferentes das disciplinares, ou seja, oficinas e experiências, proporcionando ao aluno um trabalho “com coisas” e não apenas com saberes, sob a orientação de variados profissionais. Dessa forma, por meio das diversas possibilidades de atividades mencionadas por Gatti, percebe-se que é possível complementar o currículo das escolas com atividades culturais, esportivas, artísticas, entre outras, melhorando também a qualidade educacional e atendendo às propostas da Educação Integral.

Gadotti (2009, p. 38) reitera que a Escola de Tempo Integral deve proporcionar ao aluno saberes e atividades que são complementares e que estas devem potencializar o desenvolvimento dos alunos em várias dimensões como cognitiva, afetiva, relacional, entre outras, contribuindo para a melhoria da aprendizagem e tecendo uma parceria com a comunidade para ampliar os espaços de produção de saberes.

A Educação em Tempo Integral assume, nesse cenário, uma importante função no redimensionamento do tempo e espaço na escola, uma vez que essas duas variáveis, que se referem à ampliação da jornada escolar e aos espaços nos quais a escola está situada, se tornam imprescindíveis para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem (ZANARDI, 2017). Contudo, não se trata apenas da ampliação do tempo, mas, sim, da articulação entre o tempo e as propostas curriculares desenvolvidas para atingir a formação integral dos alunos.

Mediante o redimensionamento do tempo e do espaço, é possível articular as propostas de Educação Integral à Educação em Tempo Integral. Ao se propor a extensão do tempo escolar, faz-se necessário pensar nos objetivos da educação que se pretende ofertar, ou seja, buscar uma educação de qualidade. Dias (2015, p. 67) aponta que:

[...] a extensão de tempo na escola deve implicar também na qualidade das atividades que irão constituir essa extensão de jornada. O ideário de Educação Integral não pode ser confundido com apenas essa extensão da jornada escolar, pois ao se oferecer “mais

do mesmo” apenas, seria apenas mais tempo na escola e não mais educação, uma educação que forme o homem em sua completude, uma Educação Integral.

Nesse sentido, percebe-se que a Educação em Tempo Integral deve preocupar-se não apenas com o tempo prolongado da jornada escolar, mas, sim, buscar experiências significativas que promovam uma aprendizagem efetiva. A extensão do tempo se valida como qualidade na medida em que a formação integral acontece – caso contrário, seria mera repetição do que os alunos já estudam no turno regular.

Pensar a Educação Integral como direito de todos é, nesse contexto, pensar que deveria ser uma proposta que atende a todos os alunos e não apenas àqueles que fazem parte da escola de tempo integral. Sendo a Educação Integral responsável pela formação humana em sua totalidade, entende-se que esta deve ser um direito de todos os alunos e que, por conseguinte, deve ocorrer tanto nos turnos de ensino regular como em tempo integral.

Conforme Gadotti (2009, p. 37) menciona, todas as escolas, sejam elas de tempo integral ou não, devem pretender a Educação Integral, uma vez que se trata de oferecer mais oportunidades e aprendizagens significativas para todos os estudantes – e não apenas para poucos que podem participar do tempo integral. Assim sendo, observa-se que a proposta de Educação Integral não deve ser privilégio de alguns, ela deve ser um ideal para todas as escolas, considerando-se a escola de tempo integral um espaço ainda mais privilegiado para a efetivação dessa concepção de educação.

Quando se propõe que a Educação Integral deve ser pensada para todos os alunos, faz-se necessário também refletir sobre como tal proposta deve se efetivar nas escolas. Nesse sentido, Zanardi (2017, p. 37) aponta que:

A educação escolarizada, em uma perspectiva integral, deve se inserir no contexto do encontro entre sujeitos (educadores(as) e educandos(as)) mediatizados pelo mundo. Um mundo que não se fragmenta é o terreno de construção de saberes. A práxis educativa, assim, pode se realizar na pronúncia deste mundo problematizado e contextualizado.

Nessa perspectiva, Paulo Freire (1987, p. 44) também defende a educação pautada na problematização e no diálogo, rompendo com os paradigmas da educação “bancária”, em que os educadores são os transmissores de conteúdos e os alunos, meros receptores. Para esse autor, o educador e o educando estão juntos e, portanto, aprendem e ensinam simultaneamente. Sendo assim, “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 44).

Assim sendo, a busca pela formação integral do sujeito deve ser uma prática reflexiva, dialógica e contextualizada, buscando relacionar a aprendizagem com os contextos vivenciados no dia a dia. O mundo deve ser o mediador do diálogo entre os envolvidos, como bem ressaltam os autores citados anteriormente. Dessa forma, a construção dos saberes acontecerá não de forma fragmentada, mas, sim, problematizada e contextualizada, promovendo a aprendizagem significativa para os educandos.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL**

A Educação Integral no Brasil tem suas origens na década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que buscava a universalização da escola pública, bem como a necessidade de fazer com que a educação se tornasse uma prioridade. Posteriormente, na década de 1950, composto pelas “Escola Classe” e “Escola Parque”, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), idealizado por Anísio Teixeira, trouxe mais força e visibilidade para

os ideais da Educação Integral com a proposta de ampliação de tempo, espaços e oportunidades de aprendizagens.

A concepção de Educação Integral defendida por Anísio Teixeira propunha uma educação integrada à realidade social, uma aprendizagem contextualizada, relacionando a vida em sociedade com os saberes construídos na escola. Segundo Teixeira (2000, p. 45), “o ato de aprender depende profundamente de uma situação real de experiência onde se possam praticar, tal qual na vida, as reações que devemos aprender”. Assim sendo, essa concepção de Educação Integral enfatiza a relação entre os conteúdos e seu significado na vida do sujeito, considerando as vivências e experiências para a construção dos saberes com sentido e significado para o aluno.

Na década de 1980, durante o mandato do governador Leonel Brizola, Darcy Ribeiro criou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro, inspirado na proposta de escola pública de tempo integral de Anísio Teixeira, em busca de oferecer uma Educação Integral às crianças (GADOTTI, 2009, p. 24-25). Os CIEPs se apresentaram como uma experiência inovadora de escola de tempo integral para atender às demandas da população e, principalmente, à busca pela democratização do ensino.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, preconiza a Educação Integral no Brasil, mesmo que implicitamente, quando dispõe que “[a] educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento** da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 123, grifo nosso). A educação, portanto, constitui-se como direito fundamental, visando ao desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões, isto é, em sua integralidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394/96, discorre sobre a Educação em Tempo Integral em seu artigo 34, apontando que “[a] jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” e, no artigo 87, parágrafo 5º que “[s]erão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral” (BRASIL, 1996). Nesse contexto, observa-se presente o ideário da escola de tempo integral, configurando-se com a extensão da jornada escolar – e não propriamente o ideário de Educação Integral.

Por meio da implantação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), no ano de 2001, na cidade de São Paulo, a Educação Integral é enfatizada com propostas pedagógicas de se atender às demandas das classes populares em tempo integral. O projeto dos CEUs foi concebido a partir de uma proposta intersetorial, integrando diversas áreas, tais como meio ambiente, educação, emprego e renda, participação popular, desenvolvimento local, saúde, cultura, esporte e lazer (GADOTTI, 2009).

A Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, institui o Programa Mais Educação com o intuito de fomentar a Educação Integral por meio de atividades socioeducativas e extensão da jornada escolar. O Programa Mais Educação integra ações de vários ministérios, proporcionando ações voltadas para o aprimoramento da prática educativa em uma perspectiva integral e cidadã.

A Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, institui o Programa Novo Mais Educação. O artigo 1º dispõe o seguinte:

Fica instituído o Programa Novo Mais Educação, com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar (BRASIL, 2016, p. 23).

Nesse novo modelo do Programa, observa-se uma nova ênfase na alfabetização, nas disciplinas de Português e Matemática, com o intuito de alcançar as metas nas avaliações do IDEB, bem como para melhoria da aprendizagem.

Mediante a trajetória das políticas públicas voltadas para a Educação em Tempo Integral no Brasil, percebe-se que ocorreram avanços expressivos em relação ao acesso à escola de tempo integral. Contudo, defende-se que a Educação em Tempo Integral não deve se configurar apenas na extensão da jornada escolar; carece ir além, caminhar em busca da Educação Integral, da formação humana em suas múltiplas dimensões. Portanto, trata-se de enfrentar os desafios postos à Educação e ampliar as políticas públicas, buscando a reorganização e integração entre o conhecimento, o tempo e os espaços educativos, em busca de melhorias no cenário educacional.

### **3.1 O contexto da Educação (em Tempo) Integral em Minas Gerais**

A Escola Plural, implantada em Belo Horizonte, durante os anos de 1994 a 1997, é vista como modelo de Educação Integral, uma vez que busca uma nova concepção escolar, contemplando a formação integral e cidadã do sujeito. Esse modelo de escola buscava romper com a forma escolar tradicional e, portanto, propunha novos projetos pedagógicos que entendiam a Educação como um direito.

Miranda (2007, p. 73) afirma que “[...] a Escola Plural é, por muitas razões, um projeto pedagógico muito inovador, uma das mais corajosas tentativas de combater a evasão e a repetência e de resgatar o direito e o prazer de aprender”. Nessa perspectiva, verifica-se que os ideários da Educação Integral estão presentes nas propostas da Escola Plural, buscando proporcionar mais oportunidades de aprendizagem significativa aos estudantes.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), a partir do ano de 2005, implantou ações e políticas públicas voltadas para a ampliação da jornada escolar, buscando uma formação multidimensional para os sujeitos. Nesse mesmo ano, o projeto “Aluno em Tempo Integral” foi implantado nas escolas participantes do programa “Escola Viva, Comunidade Ativa”<sup>4</sup> e, posteriormente, foi se ampliando para escolas estaduais.

No ano de 2006, o projeto “Aluno de Tempo Integral” foi se expandindo e, por conseguinte, alcançou muitas escolas estaduais que passaram a atender os alunos no contraturno. Posteriormente, no ano de 2008, esse projeto passa a não se restringir aos participantes da “Escola Viva, Comunidade Ativa” e, o atendimento alcança os alunos do ensino fundamental da Rede Estadual de Minas Gerais, focando na aprendizagem (FIGUEIREDO, 2018, p. 97).

O Projeto Educação em Tempo Integral (PROETI) foi implementado em 2010, pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH). O objetivo do referido programa consiste, para além de ampliar o tempo de permanência na escola, na extensão da jornada, buscando promover aprendizagem significativa, formação integral e cidadã por meio de atividades diferenciadas.

Em 2015, Fernando Pimentel assume o governo de Minas Gerais e, a partir de então, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) intensifica a busca pela Educação Integral, enfatizando a diferença entre a extensão do tempo escolar e a formação integral, multidimensional dos alunos (FIGUEIREDO, 2018, p. 119). Desde então, ressalta-se a ampliação das oportunidades de aprendizagem com atividades relevantes, significativas e diversificadas.

---

<sup>4</sup> O projeto “Escola Viva, Comunidade Ativa”, voltado para escolas urbanas, cujo público são alunos com maior índice de vulnerabilidade social, visando promover um ambiente tranquilo de aprendizagem para os alunos. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/ajuda/page/193-escola-viva-comunidade-ativahttps://www2.educacao.mg.gov.br/ajuda/page/193-escola-viva-comunidade-ativa>. Acesso em: 04 jan. 2020.

Nesse contexto, a Educação Integral passa a priorizar oficinas pedagógicas que buscam o aprendizado na prática, ressaltando as experiências cotidianas. Dessa forma, novos significados são atribuídos ao espaço escolar, designando novos sentidos para a prática educativa e viabilizando mais oportunidades para a construção de saberes.

No ano de 2017, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) organiza a política denominada “Educação Integral e Integrada”, visando às perspectivas do “Programa Novo Mais Educação”. A “Educação Integral e Integrada” busca ofertar conteúdos diversificados, agregando-os aos currículos básicos, priorizando sempre as demandas dos alunos e da comunidade (FIGUEIREDO, 2018, p. 130).

No que diz respeito à Educação Integral no estado de Minas Gerais, Figueiredo (2018, p. 137) salienta que:

É importante observar que a Educação Integral é também realidade e conquista do sistema educacional mineiro e, assim como em todo o território nacional, a escola é protagonista. Muitos esforços vêm sendo implementados para efetivá-la integralmente, pois, consideramos que os avanços educacionais devem continuar e contemplar a todos os estudantes para garantir o direito a mais educação sem supervalorizar apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática com foco nas avaliações sistêmicas, como temos observado nos documentos da SEE/MG a partir de 2016.

Vale ressaltar que, se o foco educacional se voltar para as disciplinas de Português e Matemática, os ideais da formação humana e cidadã ficarão à margem, descaracterizando-se, assim, a perspectiva da integralidade. Faz-se necessário que haja equilíbrio para se estabelecer uma formação voltada para as múltiplas dimensões – e não apenas priorizar resultados de avaliações sistêmicas.

#### **4. O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ITAGUARA – MG**

##### **4.1 Contextualizando a escola**

A escola tomada para análise como objeto de estudo da pesquisa situa-se em um bairro suburbano da cidade de Itaguara – MG. Trata-se de uma instituição da rede pública municipal, que atende à Educação Infantil (1º e 2º períodos) e aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos), funcionando em dois turnos, sendo o turno matutino no horário de 7 às 11h25 e o vespertino, das 12h15 às 16h40. A escola também conta com atendimento em tempo integral para alunos do Ensino Fundamental, considerando o contraturno um momento para atividades complementares.

Conforme consta em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), a instituição possui marcada importância na cidade e, sobretudo, no bairro onde está localizada, pois é a única escola municipal presente na área urbana da cidade. Além disso, o bairro onde a escola está localizada, como mencionado anteriormente, é um bairro suburbano, situando-se às margens da BR 381 (Rodovia Fernão Dias). Nesse sentido, a população atendida pela escola é, predominantemente, de classe média baixa, sendo filhos de operários, pequenos produtores rurais e, uma minoria, de filhos de funcionários públicos e profissionais liberais.

No que tange à infraestrutura, a instituição conta com dois depósitos, uma cozinha com refeitório, uma sala de professores, dois banheiros para professores e funcionários, cinco banheiros femininos, cinco banheiros masculinos, dezessete salas de aula, uma sala de recursos para Atendimento Educacional Especializado (AEE), biblioteca, sala de direção, sala de supervisão, secretaria, pátio coberto, pátio ao ar livre, uma quadra de esportes coberta, uma piscina inativa, playground, jardim e horta escolar.

A escola recebe, aproximadamente, 750 matrículas por ano, distribuídas da Pré-Escola ao 5º ano do Ensino Fundamental. De acordo com seu PPP, a instituição preza pelo compromisso com a qualidade educacional, buscando sempre atender às demandas tanto dos estudantes, quanto dos profissionais e da comunidade.

#### **4.2 A Educação em Tempo Integral no cotidiano da escola**

O Programa de Educação em Tempo Integral foi implementado na escola no ano de 2013 pela Secretaria Municipal de Educação de Itaguara. A instituição conta com recursos financeiros advindos da própria prefeitura para obter materiais pedagógicos e para pagamentos de oficinairos.

A Educação em Tempo Integral é ofertada no contraturno, tanto no período matutino, quanto no período vespertino. A escola atende a uma grande quantidade de alunos e, com isso, as salas estão sempre ocupadas, sendo prioridade da escola a ampliação de seu espaço para melhor atender aos alunos. Nesse sentido, como a escola sempre está com ocupação máxima das salas, a prefeitura disponibilizou outro local, no mesmo bairro da escola, para oferecer a Educação em Tempo Integral. Os alunos vão para a escola em seu turno regular de estudo e, posteriormente, são encaminhados para esse outro espaço onde realizam as atividades do contraturno.

As atividades desenvolvidas no tempo integral envolvem orientação de deveres e atividades de reforço, aulas de Educação Física, oficinas de arte, literatura, contação de histórias, iniciação musical, *ballet*, capoeira e momento de lazer e recreação por meio de jogos pedagógicos.

Vale ressaltar que a escola não consegue atender a todos os seus alunos em regime de tempo integral. Portanto, a instituição adota alguns critérios para a seleção das matrículas dos alunos da Educação em Tempo Integral, tais como: alunos cujos responsáveis possuem baixa renda, crianças em situação de vulnerabilidade social, crianças que apresentam defasagem educacional.

No ano de 2020, a escola recebeu o total de 68 matrículas no tempo integral, sendo 36 meninas e 32 meninos. De acordo com o documento de matrícula dos alunos do tempo integral<sup>5</sup>, observou-se que, dos 68 sujeitos, 32 deles (o que representa aproximadamente 40% dos alunos matriculados) advém de famílias monoparentais.

Vale ressaltar que, devido à situação da pandemia até aqui vivenciada (desde 2020), as atividades do tempo integral encontram-se suspensas. Destaca-se que a maioria dos alunos frequenta o tempo integral desde o 1º ano do Ensino Fundamental e continua até o 5º ano, quando se encerram as atividades na escola.

#### **4.3 A experiência da Educação em Tempo Integral na voz da equipe pedagógica**

Para atingir os objetivos da pesquisa, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com a equipe pedagógica: diretora, vice-diretora, supervisora e professora. Dessa forma, buscou-se um contato próximo com o objeto de estudo, a fim de conhecer a realidade e, assim, aperfeiçoar as ideias e concepções.

A partir das entrevistas e do embasamento teórico, buscou-se tecer, inicialmente, a análise sobre as concepções de Educação em Tempo Integral e Educação Integral por parte dos entrevistados da escola. Para essa análise, defende-se nesta pesquisa que a Educação em Tempo Integral se mostra mais abrangente que o simples fato da extensão da jornada escolar. Portanto defende-se que a Escola de Tempo Integral:

---

<sup>5</sup> Documento oficial fornecido pela escola: relatório de alunos matriculados no tempo integral e ficha individual de matrícula.

[...] deve se constituir em política pública educacional que amplia os direitos com uma formação omnilateral que, além dos saberes tradicionalmente promovidos pela escola, sejam desenvolvidas as concepções de mundo, as formas de ação, expressão e participação (ZANARDI, 2017, p. 29).

Considera-se de extrema relevância a opinião da equipe pedagógica sobre suas concepções de Educação (em Tempo) Integral, uma vez que, diante das respostas, pode-se observar o sentido dado à educação e perceber os direcionamentos da escola quanto à educação ali desenvolvida.

Vale ressaltar que a diretora e a vice-diretora iniciaram suas atividades na gestão da escola no ano de 2020 e que ambas lecionavam na própria instituição (contudo não trabalhavam no tempo integral). A supervisora e a professora lidam diretamente com as turmas da Educação em Tempo Integral, trabalhando nos dois turnos na escola.

Ao serem indagadas sobre o que entendiam por Educação em Tempo Integral, as quatro entrevistadas relacionaram ao tempo maior de permanência na escola, à ampliação da jornada escolar para os estudantes. Observou-se também que, na fala de duas das profissionais entrevistadas (supervisora e professora), em alguns momentos estas relacionavam a Educação em Tempo Integral com uma formação global do sujeito, fundindo, assim, o conceito de Educação em Tempo Integral com Educação Integral.

Quando as entrevistadas foram interrogadas sobre o conceito de Educação Integral, percebeu-se que não havia clareza teórica por parte da diretora e da supervisora para definir essa concepção, sendo até mesmo confundida com a concepção de Educação em Tempo Integral.

Os dois conceitos são complexos, mas acho que a Educação Integral está relacionada com a aprendizagem global das crianças (Excerto da entrevista realizada com a Diretora aos 16 de dezembro de 2020).

A Educação Integral é um acesso a uma parte diversificada de conteúdos e maior tempo de permanência na escola (Excerto da entrevista realizada com a Supervisora aos 18 de dezembro de 2020).

Destaca-se que a vice-diretora e a professora apresentaram definições mais abrangentes para a Educação Integral, relacionando-a à aprendizagem, ao desenvolvimento integral e ao desenvolvimento das múltiplas dimensões.

Vejo a Educação Integral como o resultado desejado da Educação em Tempo Integral. A Educação Integral é mais abrangente, ela independe do tempo integral. Ela forma o aluno não somente em conceitos pedagógicos, conteúdos e disciplinas, e sim o pleno desenvolvimento integral do aluno como ser humano, de uma forma global (Excerto da entrevista realizada com a Vice-diretora aos 22 de dezembro de 2020).

A Educação Integral é uma concepção que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural (Excerto da entrevista realizada com a Professora aos 28 de dezembro de 2020).

Faz-se necessário refletir sobre a diferença entre Educação em Tempo Integral e Educação Integral, uma vez que, esses conceitos, comumente, são tidos como sinônimos. Conforme aponta Dias (2015, p. 213):

[...] a ampliação da jornada escolar (tempo integral) não necessariamente implicará em formação integral, visto que no contraturno pode estar ocorrendo apenas a oferta

de “mais do mesmo, da mesma forma” e não atividades (currículo) e práticas pedagógicas que possibilitem uma efetiva Educação Integral.

Nesse sentido, compreende-se que a Educação em Tempo Integral deve ser pensada para além da extensão do horário. É preciso relacionar o tempo e o espaço privilegiado, ou seja, o contraturno, para trabalhar a formação dos sujeitos em suas múltiplas dimensões, proporcionando assim uma Educação Integral em tempo integral.

Diante da importância de compreender como se desenvolve a Educação em Tempo Integral na instituição, perguntou-se às entrevistadas como a escola desenvolve o Programa de Educação em Tempo Integral. As respostas da diretora, vice-diretora e supervisora pautaram-se na perspectiva assistencialista da Educação em Tempo Integral e, também, com a ideia de reforço escolar.

Vejo como um Programa de assistência às crianças para desenvolver os aspectos de aprendizagem, apresentar uma outra “visão de mundo” à criança, uma nova forma que se não fosse pela escola, talvez a criança não poderia ter essa aprendizagem (Excerto da entrevista realizada com a Diretora aos 16 de dezembro de 2020).

Oferece uma jornada maior para a criança fazer as tarefas de casa, reforço escolar e estudos, atividades físicas, de socialização e boa convivência (Excerto da entrevista realizada com a Supervisora aos 18 de dezembro de 2020).

Cavaliere (2007, p. 1028) afirma que: “[a] visão predominante, de cunho assistencialista, vê a escola de tempo integral como uma escola para os desprivilegiados, que deve suprir deficiências gerais da formação dos alunos [...]”. Percebe-se que a concepção assistencialista descrita pela autora citada se faz presente no Programa de Educação em Tempo Integral desenvolvido na escola, priorizando-se o auxílio aos alunos em suas dificuldades de aprendizagem, tendo a escola como um local seguro que oferece alimentação saudável e bons hábitos de higiene às crianças.

A professora entrevistada ressalta que o Programa de Educação em Tempo Integral busca também atividades e oficinas diferenciadas para os alunos. Destaca que a Educação em Tempo Integral empenha-se em promover a socialização, integração e o estímulo da aprendizagem no espaço escolar. A diretora, em sua fala, evidencia também a busca por boas parcerias para se oferecer oficinas e oportunidades de aprendizagens diferenciadas aos alunos. Nesse contexto, observa-se que, para além da extensão da jornada e da perspectiva assistencialista, a escola busca aprimorar suas atividades para melhor atender às demandas dos estudantes.

Quando indagadas sobre os maiores desafios para oferecer a Educação em Tempo Integral, destaca-se que as quatro profissionais elencaram desafios semelhantes, tais como: falta de infraestrutura para melhor acolher as crianças, dificuldade em encontrar boas parcerias para oferecer aulas diferenciadas, dificuldade em encontrar profissionais capacitados e, sobretudo, a falta de interesse e comprometimento por parte das famílias dos alunos. A diretora ressalta que:

Uma grande dificuldade é despertar a responsabilidade da família dos alunos, pois muitas vezes os pais acham que a criança fica na escola o dia todo, a escola ensina os deveres, então transferem a responsabilidade toda para a escola, não se faz presente na vida escolar do aluno (Excerto da entrevista realizada com a Diretora aos 16 de dezembro de 2020).

Sabe-se que a participação da família na vida escolar das crianças é de fundamental importância no desenvolvimento, uma vez que a família é tida como base e é no seio familiar que a criança começa a se desenvolver, sendo a escola uma instituição secundária. Assim sendo, a família deve participar ativamente do desenvolvimento integral do aluno.

Quanto à infraestrutura, percebe-se a necessidade de remodelação para melhor acolher as crianças. Com relação à falta de profissionais capacitados, seria de grande relevância se a escola promovesse cursos de capacitação para seus professores. Sabe-se que grande parte dos profissionais que atuam na escola com a Educação em Tempo Integral são contratados a título precário, porém, tal situação não deve ser considerada obstáculo na busca melhorias para a educação. Vasconcellos (2006, p. 123) afirma que:

A escola não pode ser vista apenas como local de trabalho, deve ser ao mesmo tempo espaço de formação. É preciso investir prioritariamente na formação permanente e em serviço do professor, para que possa ter melhor compreensão do processo educacional, postura e métodos de trabalho mais apropriados.

Assim sendo, deve-se considerar a escola como um espaço de formação e capacitação, no qual se estabelece o diálogo, a interação e a discussão sobre as práticas pedagógicas e experiências vivenciadas no cotidiano escolar. A escola se mostra como ambiente propício para a formação e capacitação – e não apenas como mero ambiente de trabalho. Portanto, configura-se como um espaço privilegiado de produção do conhecimento, no qual teoria e prática devem se relacionar, constituindo um processo dialético de reflexão.

Ao serem questionadas sobre a importância da escola de tempo integral para os estudantes que participam dessa proposta e para a comunidade escolar, observou-se, novamente, na resposta das entrevistadas, a ênfase no assistencialismo. Ressaltou-se que o público participante do tempo integral constitui-se de crianças em situação de vulnerabilidade social e que, portanto, não recebem o apoio familiar necessário. Outro aspecto mencionado refere-se à importância da escola para as famílias, como um local seguro para os filhos, facilitando a rotina de trabalho dos pais.

Nas falas das entrevistadas, destacou-se também a importância do tempo integral para a aprendizagem dos alunos, enfatizando-se que o acompanhamento pedagógico proporciona melhor desenvolvimento escolar. Na fala da vice-diretora, percebe-se a grande importância social e afetiva da escola de tempo integral na vida das crianças:

[...] o único momento de encontro com "as letras", é o único local de afeto, atenção, disciplina, regra, elevação da autoestima, é ali na educação em tempo integral que ele existe e entende que é importante na vida de alguém (Excerto da entrevista realizada com a Vice-diretora aos 22 de dezembro de 2020).

Considerando os aspectos da Educação em Tempo Integral desenvolvida na escola, buscou-se compreender como a equipe entrevistada avalia o Programa de Educação em Tempo Integral desenvolvido na instituição, destacando-se os pontos considerados positivos e negativos, bem como as oportunidades de melhoria.

A fala das entrevistadas direcionou-se para uma avaliação de maneira geral positiva, indicando que, dentro das limitações impostas, consideram que a Educação em Tempo Integral desenvolvida contribui, significativamente, tanto para a escola, quanto para as crianças e suas famílias.

No que diz respeito aos pontos negativos, foram ressaltados os mesmos aspectos que consideravam os maiores desafios: a falta de infraestrutura, a carência de apoio por parte do poder público, o desprovimento de valorização por parte das famílias e falta de capacitação dos profissionais. Ressaltaram também que procuram buscar parcerias para oferecer maior variedade de aulas diferenciadas, além do sonho de se ampliar a oferta de Educação em Tempo Integral para mais estudantes, procurando, dessa forma, oferecer mais oportunidades e aprendizagens às crianças.

Levando-se em consideração o Programa de Educação em Tempo Integral desenvolvido na escola, perguntou-se às entrevistadas quais atividades, recursos e estratégias são utilizados

para se alcançar a Educação Integral em Tempo Integral. Dialogando com Silva (2018, p. 61-62), compreende-se que a ideia de tempo integral, não necessariamente, está associada aos ideais da Educação Integral, visto que na extensão da jornada escolar podem ser desenvolvidos diferentes modelos e práticas educacionais que nem sempre contemplam as concepções de Educação Integral.

Para as entrevistadas, as atividades de iniciação musical, contação de histórias, leitura compartilhada, incentivo ao esporte por meio de jogos e atividades de expressão corporal e os projetos de capoeira e *ballet* realizados em parceria com a comunidade são os meios utilizados para se buscar o desenvolvimento integral do aluno. A professora entrevistada destaca que essas estratégias utilizadas na escola buscam o desenvolvimento do aluno para a vida em sociedade, estimulando a cooperação e superação dos limites, promovendo lazer e cultura, além de incentivar a construção da autonomia.

Diante das constatações, é possível inferir que a escola almeja a Educação Integral, a formação humana em seu Programa de Educação Tempo Integral. Contudo, verificam-se obstáculos a serem superados para se alcançar, de fato, a Educação Integral no tempo integral. Observa-se que a escola vê o tempo integral na perspectiva assistencialista e de reforço escolar, considerando-o como um tempo para atividades complementares direcionadas às crianças e com função de assistência às famílias.

Nesse sentido, faz-se necessário que a escola de tempo integral repense o uso do tempo e dos espaços, buscando extrapolar os limites da escola e trazendo novas oportunidades na construção de saberes. É preciso que a escola busque parcerias com a comunidade e considere espaços além das salas de aulas, fazendo com que a Educação Integral, de fato, seja um projeto coletivo e compartilhado com a sociedade, promovendo uma formação humana, social e cidadã.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A Educação em Tempo Integral nem sempre redonda na Educação Integral, com a formação multidimensional. Conforme apresentado ao longo deste estudo, defende-se que somente a extensão do tempo escolar, chamada de tempo integral, não necessariamente se configura como Educação Integral, uma vez que o contraturno pode oferecer outras práticas pedagógicas que não contemplam efetivamente a formação integral, multidimensional dos educandos.

Considerando que a Educação Integral contempla a formação humana nos aspectos sociais, culturais, políticos, físicos, afetivos e cognitivos, a pesquisa elucida esta educação como um direito de todos e, não apenas daqueles que participam do tempo integral. Ressalta-se que “[...] a Educação Integral deve ser uma busca constante no processo educativo, que deve ter na ampliação da jornada escolar um tempo privilegiado para acontecer” (ZANARDI, 2016, p. 103).

O Programa de Educação em Tempo Integral desenvolvido na escola tomada para análise na pesquisa apontou desafios e limites que revelam a distância entre a teoria e a realidade vivenciada cotidianamente. Diante desses obstáculos, observa-se a necessidade de maior reflexão sobre as propostas desenvolvidas, a fim de promover práticas pedagógicas diferenciadas que buscam, de fato, a Educação Integral no tempo integral.

A partir das observações, enfatiza-se que a Escola de Tempo Integral não pode ser vista apenas pelo viés assistencialista, como um local seguro para os pais deixarem suas crianças enquanto trabalham ou para que as crianças não fiquem “na rua”. Faz-se necessário repensar tais concepções, a fim de se constituírem objetivos pedagógicos que possam atender às demandas educacionais e, sobretudo, que contemplem a formação humana e cidadã.

Diante da análise da realidade do Programa de Educação em Tempo Integral, conclui-se que a instituição almeja a Educação Integral. Contudo, esta ainda não se faz presente no

tempo integral, observando-se a presença de uma perspectiva assistencialista e de reforço escolar. Sabe-se que inúmeros são os desafios encontrados para se alcançar a formação integral – que, muitas vezes, ultrapassam a instituição escolar. Contudo, os obstáculos não podem ser considerados intransponíveis. É preciso assumir a responsabilidade e estar sempre em busca de melhorias.

Por fim, salienta-se que a pesquisa se mostrou de grande relevância, promovendo reflexões acerca da dicotomia existente entre a teoria e a realidade e, para além disso, evidenciou a importância de uma formação integral e cidadã para todos os estudantes. Diante disso, infere-se que a Educação Integral não é uma proposta ilusória, mas, ao contrário, uma proposta extremamente relevante que defende a educação de qualidade, a formação para além da lógica capitalista. Enfim, conclui-se que os ideais da Educação Integral devem ser defendidos incessantemente na luta pela educação de qualidade – sendo a Educação em Tempo Integral uma potente política para a consecução desse objetivo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016: Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF 11 out. 2016. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category\\_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 05 jan. 2020.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, out 2007. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

DIAS, Kelly Tavares. *Escola em tempo integral, educação integral e currículo*: um estudo de caso em uma escola pública estadual em Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2015.

FIGUEIREDO, Jacqueline de Sousa Batista. *A Educação em tempo integral no estado de Minas Gerais*: análise da política e seus efeitos. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. *Educação integral no Brasil*: Inovações em processo. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009. 127 p.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa, É imprescindível educar integralmente. *Cadernos Cenpec*. n. 2, p. 15-24, 2006.

MIRANDA, Glaura Vasques de. *Escola Plural*. São Paulo: Estudos Avançados, v. 21, n. 60, 2007.

SILVA, Margareth Correa. *Educação integral e proteção social no contexto de uma escola pública de tempo integral*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 6. ed. São Paulo, Libertad Editora, 2006. 213 p.

WEFFORT, Helena Freire; ANDRADE, Julia Pinheiro; COSTA, Natacha Gonçalves da. *Currículo e educação integral na prática: uma referência para estados e municípios*. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019.

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. Educação Integral não é um privilégio e sim um direito! A Educação Integral na Escola em Tempo Integral. *Revista Cocar*, Belém, v. 11, n. 21, p. 19-42, jan./jul. 2017

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. Educação Integral, tempo integral e Paulo Freire: os desafios da articulação conhecimento-tempo-território. *Revista e-Curriculum*. São Paulo, v.14, n. 01. p. 82-107, jan./mar. 2016.